Boletim Informativo 04/2020

Cuiabá/MT, 1 de abril de 2020

1. APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O CAO Educação atuará prioritariamente nos seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial e Inclusiva, a Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas), o Ensino Fundamental e Médio, Profissional e Técnico, a Escola de Tempo Integral, a Estrutura Física das Escolas, a Evasão Escolar, o Financiamento da Educação, a Fiscalização do cumprimento dos Planos de Educação, a Mediação Escolar, a Merenda Escolar, a Qualidade da Educação, o Transporte Escolar e a Violência nas Escolas.

2. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

DIREITO À EDUCAÇÃO SERÁ ASSEGURADO A MENINA COM MICROCEFALIA

O direito de toda criança à educação vem sendo negado à menina Bruna Marques de Almeida, 12, desde a primeira infância, quando ela foi diagnosticada com microcefalia. A família tenta há anos matricular Bruna na escola pública, mas sempre recebe um não como resposta. A justificativa é a ausência de um profissional cuidador capaz de dar a Bruna a atenção e os cuidados que ela precisa e que a legislação prevê, em razão de sua deficiência. Ao tomar conhecimento do fato, o promotor de Justiça Gustavo Dantas Ferraz encaminhou um ofício ao Conselho Tutelar de Barão de Melgaço solicitando informações sobre a falha no acesso à educação, um direito dessa adolescente. Clique AQUI e veja a matéria completa.

CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO É LANÇADO EM JACIARA

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Projeto Água Para o Futuro, lançou em 12/03/2020, em Jaciara, Concurso de Desenho e Redação para estudantes da rede municipal, estadual e particular do município. O objetivo do concurso é fortalecer a educação ambiental no currículo das unidades de ensino. Além de enriquecer

as práticas pedagógicas, pretende-se também incentivar a comunidade escolar para a construção de uma vida sustentável, tendo como foco a importância dos recursos hídricos para a sobrevivência dos seres vivos e do planeta. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

3. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE OUTROS ESTADOS

MINISTÉRIO PÚBLICO RECOMENDA MEDIDAS PARA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO; ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DEVE SER MANTIDA

O Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL) está recomendando às prefeituras que tracem estratégias de modo que não seja comprometido o ano letivo dos milhares de alunos que dependem do ensino prestado pelas escolas estaduais e municipais nos 102 municípios alagoanos. Os promotores de justiça também estão sendo orientados a cobrar a continuidade da distribuição da alimentação que era feita nas escolas, em razão de, muitas vezes, a merenda ser uma importante fonte de refeição de boa parte dos estudantes mais carentes, especialmente no interior do estado. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MUNICÍPIOS ACATAM RECOMENDAÇÃO E FORNECEM MERENDA ESCOLAR

Em decorrência da pandemia pela COVID-19, os Municípios de Jardim e Guia Lopes da Laguna acataram a Recomendação expedida pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul, e determinaram que durante o período de suspensão das aulas seja fornecida alimentação (kit merenda) aos alunos que necessitarem. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MPRJ DIVULGA ORIENTAÇÕES PARA ACOMPANHAMENTO DOS IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação (CAO Educação/MPRJ), expediu Informação Técnico-Jurídica (ITJ) às Promotorias de Justiça, com orientações para a atuação neste momento de crise de propagação do coronavírus (Covid-19), que levou à suspensão das atividades nas redes públicas e privada de ensino. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MPTO RECOMENDA MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CORONAVÍRUS PARA ESCOLAS DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA

O Ministério Público do Tocantins (MPTO) expediu recomendação às secretarias da Educação do Estado e de Palmas, ao Conselho Estadual de Educação e aos diretores

de escolas particulares para que cumpram fielmente as políticas de precaução contra o coronavírus expedidas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual da Saúde, além de outras medidas elencadas pelo próprio MPTO. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MPRJ SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS PARA GARANTIR REPOSIÇÃO DAS AULAS E SEGURANÇA ALIMENTAR AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), instaurou inquérito civil (IC) para verificar de que maneira, em meio à paralisação das aulas devido à pandemia do coronavírus (COVID-19), as entidades educacionais do Estado estão adotando medidas no que se refere à saúde dos estudantes, ao cumprimento da carga horária do ano letivo e à garantia à alimentação adequada. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

EMPRESA DE TRANSPORTE ESCOLAR PASSA A OFERECER MONITORES PARA ZELAR PELA SEGURANCA DOS ALUNOS

A ação é resultado de um Inquérito Civil instaurado pela 17ª Promotoria da comarca de Dourados em que se apurou se havia o fornecimento adequado de transporte escolar no âmbito do Município de Dourados e a disponibilização de monitor para cuidar das crianças durante o deslocamento, tendo a demanda sido judicializada. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MPMA - ESCOLAS SÃO ACIONADAS POR IRREGULARIDADES NA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA BILÍNGUE

O Ministério Público do Maranhão e o Procon MA ajuizaram seis Ações Civis Públicas (ACPs) contra 33 escolas particulares da Ilha de São Luís por ilegalidades na implantação de programa de educação bilíngue. Foram constatadas irregularidades na relação de consumo, imposição de venda casada, cláusulas contratuais ilegais e desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor, motivando as ações. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PROMOTOR ORIENTA GESTORES DA EDUCAÇÃO EM INHUMAS SOBRE OCORRÊNCIAS EM AMBIENTE ESCOLAR

O Ministério Público de Goiás (MP-GO) realizou reunião com diretores e coordenadores das escolas das redes municipal e estadual da comarca, com o objetivo de orientar sobre as medidas a serem adotadas em situações ocorridas no ambiente escolar, como atos de indisciplina, atos infracionais, reiteração de faltas e evasão escolar. Clique AQUI e veja a matéria completa.

CAOP EDUCAÇÃO - MPMA EMITE NOTA TÉCNICA SOBRE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Uma Nota Técnica expedida pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp Educação) do Ministério Público do Maranhão defende a tese de que o Conselho Estadual de Educação seja, previamente, informado pelas escolas particulares de São Luís sobre a implantação do programa de educação bilíngue. Clique AQUI e veja a matéria completa.

CORONAVÍRUS: MINISTÉRIO PÚBLICO RECOMENDA DIVULGAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS NAS ESCOLAS

A Secretaria de Educação deve determinar que as unidades escolares da rede pública e particular orientem os estudantes quanto às medidas preventivas em relação à propagação do coronavírus (Covid-19). Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

ESCOLAS ESTADUAIS SÃO ORIENTADAS A ADOTAR AÇÕES PREVENTIVAS CONTRA NOVO CORONAVÍRUS

As secretarias de Saúde e de Educação da Bahia divulgaram um informativo em que recomendam professores, funcionários e alunos da rede estadual de ensino a adotarem medidas de prevenção contra a doença. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MPRJ OBTÉM LIMINAR PARA QUE O MUNICÍPIO REALIZE BUSCA ATIVA POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM IDADE ESCOLAR E PLANO DE ACESSIBILIDADE DAS UNIDADES

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ), obteve liminar que obriga o município de Rio Claro a realizar busca ativa para a localização e identificação de crianças e adolescentes em idade escolar com deficiência, sistematizando a articulação intersetorial entre Secretaria de Saúde, Educação e Assistência Social e permitindo a verdadeira universalização do ensino inclusivo. Clique AQUI e veja a matéria completa.

MPMS RECOMENDA À PREFEITURA DE DOURADOS QUE SECRETÁRIO DEIXE O CARGO DE INTERVENTOR DO FUNDEB

Em Recomendação expedida pelas Promotorias de Justiça da comarca de Dourados, foi recomendado à Prefeita Municipal de Dourados e ao Procurador-Geral do Município que revoguem o Decreto nº 2.434, de 3 de março de 2020, cessando, imediatamente, a intervenção do Secretário Municipal de Educação de Dourados junto ao

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MPRJ INSTAURA PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ACOMPANHAR ATUAÇÃO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO DIANTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação do Núcleo Duque de Caxias instaurou, procedimentos administrativos para o acompanhamento e fiscalização das ações das Secretarias Municipais de Educação de quatro municípios da Baixada fluminense. A iniciativa se dá no contexto das ações de prevenção ao contágio do coronavírus (Covid-19) que, determinadas pelas autoridades de Saúde, incluem medidas de restrição à mobilidade urbana, levando à suspensão das aulas. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

4. NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MT: MPF RECOMENDA QUE MUNICÍPIOS RESPEITEM O PISO SALARIAL DOS PROFESSORES DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República em Barra do Garças (MT), recomendou a seis municípios da região do Vale do Araguaia que regularizem a situação do piso salarial dos professores, em integral cumprimento à Lei nº 11.738/08, assegurando revisão anual da remuneração, para fins de garantir a continuidade da observância do piso nacional dos professores. Os municípios são Araguaiana, Canarana, Luciara, Nova Nazaré, Ribeirão Cascalheira, e Santa Terezinha. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO PARTICIPAM DE FORMAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA COM O INSTITUTO AUSCHWITZ

Professores e profissionais da rede estadual de ensino participaram de uma formação sobre direitos humanos e cidadania realizada pelo Auschwitz Institute for the Prevention of Genocide, em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e com a Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT) da Paraíba. Com o tema "Cidadania e democracia desde a escola", 40 profissionais entre professores,

funcionários e gestores de 22 escolas da 1ª Gerência Regional de Ensino e seis unidades socioeducativas participaram de palestras e formações. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MP QUE ALTERA ESCOLHA DE DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO VIOLA PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, APONTA PFDC

A MP 914 altera o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II com o suposto objetivo de reduzir a judicialização na nomeação de dirigentes e dar mais transparência ao processo. Para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no entanto, a medida tem impacto sobre o princípio da gestão democrática da educação, assegurado pela Constituição Federal, e demandaria um debate que é incompatível com a urgência de tramitação de uma medida provisória. Clique AQUI e veja a matéria completa.

CORONAVÍRUS: MPF, MPGO E PROCON-GO RECOMENDAM QUE ESCOLAS PARTICULARES CUMPRAM CONTRATOS

O Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Goiás (MP-GO) e a Superintendência Estadual de Proteção aos Direitos do Consumidor (Procon-GO) expediram, nesta terça-feira (31), recomendação conjunta para que seja mantida a execução dos contratos escolares firmados com os estudantes enquanto perdurar a situação de emergência da saúde pública no estado de Goiás em razão da disseminação do novo coronavírus (covid-19). Clique AQUI e veja a matéria completa.

PFDC PEDE ESCLARECIMENTOS SOBRE MANUTENÇÃO DE AULAS PRESENCIAIS EM INSTITUIÇÕES MILITARES DURANTE CRISE DA COVID-19

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal (MPF), quer saber se procede informação de que instituições de ensino subordinadas ao Ministério da Defesa estariam sem suspensão de suas aulas presenciais durante o período de calamidade pública decretado no Brasil em razão do novo coronavírus (covid-19). A denúncia foi feita à PFDC pelo Sinasefe, que representa docentes do ensino básico no âmbito de Institutos Federais e do Colégio Pedro II, bem como unidades militares vinculadas ao Ministério da Defesa. De acordo com a entidade, apesar das inúmeras medidas provisórias, decretos presidenciais, portarias e instruções normativas do Ministério da Saúde visando conter os efeitos do coronavírus, nem todos os institutos federais e

instituições militares de educação no país estão seguindo tais determinações – o que coloca em risco a integridade de servidores e alunos, bem como o conjunto da população. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

5. NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

PROJETO ASSEGURA À ALUNA GESTANTE DIREITO A ATENDIMENTO EDUCACIONAL DIFERENCIADO

O Projeto de Lei 254/20 obriga o poder público a assegurar à aluna gestante ou lactante acesso à educação básica, profissional, superior e especial. O objetivo é fornecer meios para que essas alunas não interrompam os estudos durante a gravidez ou lactação. A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96) e está sendo analisada pela Câmara dos Deputados. Clique AQUI e veja a matéria completa.

PARA LEI ESCOLAR DO IMPÉRIO, MENINAS TINHAM MENOS CAPACIDADE INTELECTUAL QUE MENINOS

A primeira grande lei educacional do Brasil, de 1827, determinava que, nas "escolas de primeiras letras" do Império, meninos e meninas estudassem separados e tivessem currículos diferentes. Em matemática, as garotas tinham menos lições do que os garotos. Enquanto eles aprendiam adição, subtração, multiplicação, divisão, números decimais, frações, proporções e geometria, elas não podiam ver nada além das quatro operações básicas. Nas aulas de português e religião, por outro lado, o conteúdo era o mesmo para meninos e meninas. Fonte: Agência Senado

INVESTIMENTO NA INFÂNCIA E NO PROFESSOR É VIA PARA MELHORAR EDUCAÇÃO, INDICA DEBATE

Mais investimento nos primeiros cinco anos de vida das crianças e valorização dos professores são alguns dos caminhos considerados mais eficientes para melhorar a qualidade da educação no Brasil, afirmaram participantes de audiência pública realizada nesta quinta-feira (12) na Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC). Aproximar as ações federais dos estados e municípios e acompanhar a aplicação dos recursos destinados ao setor são outras medidas apontadas como fundamentais pelos debatedores.

Fonte: Agência Senado

CORONAVÍRUS: SENADO APROVA DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ÀS FAMÍLIAS COM FILHOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

O Plenário do Senado aprovou nesta segunda-feira (30) o PL 786/2020, projeto que estabelece a distribuição dos alimentos da merenda escolar às famílias dos estudantes que tiveram suspensas as aulas na rede pública de educação básica devido à pandemia do coronavírus. Apresentado pelo deputado federal Hildo Rocha (MDB-MA), o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados no último dia 25 e, em seguida, tramitou no Senado em regime de urgência. Fonte: Agência Senado

6. NOTÍCIAS

CORONAVÍRUS: SAIBA QUAIS MEDIDAS O MEC JÁ REALIZOU OU ESTÃO EM ANDAMENTO

Clique AQUI e veja a matéria completa.

MEC: CALENDÁRIO LETIVO PODE SER FLEXIBILIZADO EM FUNÇÃO DO CORONAVÍRUS

O Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais da área podem flexibilizar o calendário letivo da educação básica, que prevê o mínimo de 200 dias letivos por ano conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A medida foi discutida em reunião do comitê de emergência da pasta, realizada hoje (19), e está sendo avaliada. Clique AQUI e veja a matéria completa.

COVID-19: UNICEF DISPONIBILIZA ORIENTAÇÕES GLOBAIS PARA PROTEGER CRIANÇAS E ESCOLAS

O UNICEF disponibiliza, nesta segunda-feira, para o Ministério de Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) <u>orientações globais para proteger crianças e escolas da transmissão do vírus Covid-19</u>. O documento foi elaborado pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), o UNICEF e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

COMITÉ DE EMERGÊNCIA DO MEC DEFINE PRIMEIRAS AÇÕES CONTRA O CORONAVÍRUS

O Comitê Operativo de Emergência (COE) do Ministério da Educação (MEC) reuniu-se pela primeira vez nesta segunda-feira, 16 de março. No encontro, o grupo apresentou uma plataforma de monitoramento do coronavírus nas instituições de ensino,

que está em desenvolvimento. Também foram deliberados o repasse de recursos para as escolas de educação básica reforçarem medidas de prevenção e a flexibilização da oferta de aulas na modalidade a distância no sistema federal de ensino. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MUNICÍPIO DEVERÁ INDENIZAR PROFESSOR AGREDIDO POR ALUNO

A 11ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo reformou decisão em primeira instância para condenar a Prefeitura de Pitangueiras a pagar indenização no valor de R\$ 15 mil a um professor da rede pública que foi agredido por aluno. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MEC LANÇA APLICATIVO PARA DAR TRANSPARÊNCIA A DADOS EDUCACIONAIS E FINANCEIROS DE ESCOLAS

Ter na palma da mão informações para melhorar a gestão e conhecer a fundo escolas no país. É isso que o aplicativo Clique Escola vai proporcionar ao dar transparência a informações educacionais e a dados financeiros de mais de 180 mil escolas públicas e privadas de educação básica no país. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

MEC AUTORIZA ENSINO A DISTÂNCIA EM CURSOS PRESENCIAIS

Para amenizar os prejuízos causados pela pandemia do novo coronavírus, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a substituição de disciplinas presenciais por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação em cursos que estão em andamento. A <u>medida</u> foi publicada na edição desta quarta-feira, 18 de março, do Diário Oficial da União (DOU). Clique AQUI e veja a matéria completa.

ESCOLAS ESTADUAIS DÃO INÍCIO AO REGIME DE AULAS NÃO PRESENCIAIS

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria da Educação, inicia nesta segundafeira (23/03), o regime especial de aulas não presenciais para todos os estudantes da Rede Estadual de Ensino, com um cronograma de atividades alinhado aos componentes curriculares e aos conteúdos de cada etapa, ano e série. A medida atende a uma resolução do Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE), que aprovou a manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de alunos e professores nas dependências de unidade escolar. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

UNICEF - PRINCIPAIS MENSAGENS E AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) EM ESCOLAS

O documento fornece orientações cruciais e uma lista de itens que devem ser verificados para manter as escolas seguras. Também aconselha as autoridades nacionais e locais sobre como criar e implementar planos de emergência para manter as instalações educacionais seguras. No caso de fechamento de escolas, as orientações incluem recomendações para mitigar os possíveis impactos negativos no aprendizado e no bem-estar das crianças e dos adolescentes. <u>Baixar o relatório</u>

UNDIME - NOTA PÚBLICA - FLEXIBILIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR

A Undime e suas 26 seccionais estão em debate constante sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 na educação pública, considerando a importância de se manter o isolamento social e as aulas suspensas. É primordial, agora, garantirmos o direito à vida, para termos um processo educativo com vidas saudáveis no futuro.

Assim, mesmo sem sabermos por quanto tempo se prolongará essa "quarentena", faz-se necessário, mais do que nunca, informar e mobilizar os dirigentes responsáveis pela gestão das 5.568 redes municipais de ensino. Também é nosso papel dialogar com os governos federal e estaduais e órgãos normativos e de regulação e controle indicando e construindo conjuntamente propostas de ações emergenciais que primem pelos princípios da equidade e da qualidade social na oferta da Educação Pública.

Leia a nota na íntegra.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE O FLUXO DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Conselho Nacional de Educação (CNE) divulga nota de esclarecimento sobre o fluxo do calendário escolar/2020, tanto na educação básica quanto na educação superior, por conta do COVID-19 (corona vírus).

Leia a Nota de esclarecimento sobre o fluxo do calendário escolar na íntegra.

7. NOTÍCIAS DE MATO GROSSO

GOVERNO TOMA MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA SEREM ADOTADAS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS

O Governo do Estado tomou algumas medidas emergenciais e excepcionais para serem adotadas nas unidades educacionais da rede pública de Mato Grosso, diante

da pandemia do coronavírus. Entre elas, a suspensão das atividades escolares a partir desta segunda-feira (23.03) até o dia 05 de abril, a título de antecipação do recesso escolar, o qual seria realizado no mês de julho. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

ENSINO PÚBLICO EM CUIABÁ TEVE 4.890 ALUNOS TRANSFERIDOS DA REDE MUNICIPAL PARA ESTADUAL

O prazo para o redimensionamento (matrícula direta de alunos do ensino fundamental da rede municipal para rede estadual) em Cuiabá termina nesta sexta-feira (28.02). Os pais que ainda não fizeram a continuidade do ensino público de seus filhos devem procurar informações na escola municipal em que o aluno concluiu o 6º ano do ensino fundamental. Clique <u>AQUI</u> e veja a matéria completa.

POR MEIO DA EAD, ALUNOS DE CUIABÁ ESTÃO DESENVOLVENDO ATIVIDADES EDUCATIVAS E MANTENDO CONTATO COM PROFESSORES

Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Educação lançou um conjunto de orientações destinadas as equipes gestoras e professores das unidades educacionais da rede pública municipal de Ensino, para o desenvolvimento de atividades EAD, durante o periodo de isolamento domiciliar que vai de 23 de março a 5 de abril, como prevenção à disseminação do Covid 19. Clique AQUI e veja a matéria completa

PREFEITURA DISTRIBUI CERCA DE 7 MIL KITS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Cerca de 7 mil alunos da rede pública municipal de Educação de Cuiabá, beneficiários do Programa Bolsa Família do governo federal ja receberam o kit alimentação escolar. Os kits, com alimentos não perecíveis, integrados ao cardápio da alimentação escolar, contém 7 ítens, entre eles, arroz, feijão, farinha e outros, em quantidade suficiente para atender as crianças por 15 dias, período previsto para o isolamento domiciliar determinado pelo Executivo Municipal, para conter a disseminação do coronavírus na Capital. Clique AQUI e veja a matéria completa.

BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO

Equipe

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação Tarlyson Corrêa Martins – Oficial de Gabinete Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial